

# **Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

1.<sup>a</sup> Reunião  
(5 de julho de 2016)

---

## **SUMÁRIO**

Às 17 horas e 6 minutos o Presidente da Assembleia da República (Ferro Rodrigues) deu entrada na sala, acompanhado pela Secretária-Geral Adjunta, pela Chefe de Gabinete e pela Diretora de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado, tendo tomado lugar na presidência da Mesa.

De seguida, solicitou ao Grupo Parlamentar do PSD — partido proponente da Comissão — que indicasse o Deputado escolhido para Presidente, tendo o Deputado Luís Montenegro (PSD) indicado o Deputado José de Matos Correia.

Solicitou também aos Grupos Parlamentares do PS e do PCP que indicassem os Vice-Presidentes, tendo o Deputado João Paulo Correia (PS) indicado o Deputado Paulo Trigo Pereira como 1.º Vice-Presidente e o Deputado Miguel Tiago (PCP) referido que seria ele o 2.º Vice-Presidente.

O Presidente da Assembleia da República e o Presidente da Comissão proferiram intervenções.

De seguida, o Presidente da Assembleia da República despediu-se dos presentes e retirou-se da sala.

O Deputado Hugo Lopes Soares (PSD) anunciou a apresentação de dois requerimentos, um solicitando documentos que já haviam sido pedidos através da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e outro relativo a audições do Presidente da Comissão Executiva da CGD, do Ministro das Finanças e do Governador do Banco de Portugal. O Deputado João Paulo Correia (PS) chamou a atenção para o facto de terem sido apresentados, e aprovados, nessa mesma Comissão três requerimentos, respetivamente, pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP, relativos à audição destas mesmas entidades, tendo sugerido o entendimento dos Presidentes da Comissão de Inquérito e da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa acerca destas audições.

Após agendamento da próxima reunião, acerca do qual se pronunciaram os Deputados Hugo Lopes Soares (PSD), Miguel Tiago (PCP) e João Paulo Correia (PS), o Presidente encerrou a reunião eram 17 horas e 26 minutos.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República** (Ferro Rodrigues): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Funcionários, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas, declaro aberta a reunião de tomada de posse da Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco.

*Eram 17 horas e 6 minutos.*

A primeira diligência que faço é ler a lista com o nome dos Deputados efetivos e suplentes que constituem a Comissão.

Os Deputados efetivos são os seguintes: do PSD, Adão Silva, Carlos Costa Neves, Emídio Guerreiro, Hugo Lopes Soares, José de Matos Correia, Margarida Balseiro Lopes e Margarida Mano, que está ausente da reunião; do PS, Carlos Pereira, João Galamba, João Paulo Correia, Paulo Trigo Pereira, Santinho Pacheco, Sónia Fertuzinhos e Susana Amador; do Bloco de Esquerda, Moisés Ferreira; do CDS-PP, João Pinho de Almeida; e, do PCP, Miguel Tiago.

Os Deputados suplentes são os seguintes: do PSD, António Leitão Amaro, Duarte Marques e Inês Domingos; do PS, Luís Moreira Testa, Sofia Araújo e Tiago Barbosa Ribeiro; do Bloco de Esquerda, Mariana Mortágua e Paulino Ascensão, que não se encontram presentes; do CDS-PP, António Carlos Monteiro, que também não está presente, e Cecília Meireles; do PCP, Bruno Dias e Paulo Sá.

Em primeiro lugar, solicito ao PSD que indique o nome do Presidente desta Comissão de Inquérito.

Faça favor, Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar, na sua pessoa, todos os membros agora empossados da Comissão.

Nós indicamos o Sr. Deputado José de Matos Correia para presidir aos trabalhos desta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado José de Matos Correia, Vice-Presidente desta Casa, vai desfalcar agora um pouco a Mesa da Assembleia da República, mas isso não se pode evitar.

Peço ao Grupo Parlamentar do PS que indique o nome do 1.º Vice-Presidente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PSD): — Boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Jornalistas: O Grupo Parlamentar do PS indica o Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira como Vice-Presidente desta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Muito bem.

Solicito ao Grupo Parlamentar do PCP que indique o nome do 2.º Vice-Presidente.

*Pausa.*

Parecem surpreendidos!

*Risos.*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, peço imensa desculpa, mas estou genuinamente surpreendido.

*Risos.*

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Foi devidamente informado na Conferência de Líderes.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Existe alguma possibilidade de indicar... Tem de ser um Deputado efetivo? Então, está resolvido, não é preciso consultar a Direção do meu Grupo Parlamentar.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Está escolhido por natureza. O Sr. Deputado Miguel Tiago é o único Deputado efetivo do PCP na Comissão.

Pedia ao Sr. Deputado José de Matos Correia para se sentar na Mesa. Vou apenas fazer uma breve introdução e passar-lhe-ei imediatamente a palavra para que dirija os trabalhos desta primeira reunião.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vou ser muito breve.

Toma hoje posse a Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco.

Gostava de dizer que estas comissões de inquérito, quer sejam votadas, quer sejam potestativas, têm o mesmo valor do ponto de vista democrático e político e gostaria de sublinhar esse aspeto.

A Assembleia da República tem um papel indeclinável no acompanhamento da ação governativa e na avaliação política dos atos da Administração Pública. As comissões parlamentares de inquérito são um desses instrumentos de fiscalização, um instrumento com poderes acrescidos, que já foi usado com sucesso em relação ao sistema financeiro,

por exemplo, no caso da Comissão relativa ao BPN. Espera-se que esse bom exemplo do passado recente inspire esta Comissão que hoje toma posse, bem como os trabalhos já mais avançados do inquérito à resolução do BANIF.

É inegável que o Parlamento tem o dever de fiscalizar a eficácia da regulação e da supervisão bancária e de avaliar a qualidade da gestão de um banco de capitais 100% públicos, como é a Caixa Geral de Depósitos.

A Caixa Geral de Depósitos, pela sua dimensão, pelo seu carácter público e nacional é uma entidade absolutamente estratégica, sendo crítica para as famílias e as empresas portuguesas a sua saúde financeira.

Num tempo em que ainda estamos a viver as consequências económicas e sociais de uma crise bancária que veio a tornar-se numa crise das dívidas soberanas, muito por via das ajudas de Estado à irresponsabilidade da gestão do sistema financeiro, o Parlamento não pode fechar os olhos nem cruzar os braços.

Superadas que foram as dúvidas constitucionais e legais quanto ao âmbito da atuação desta Comissão de Inquérito, estamos agora em condições de assegurar um trabalho de fiscalização parlamentar de qualidade, respeitador da separação de poderes e dos processos de decisão em curso, mas que seja ao mesmo tempo rigoroso na avaliação dos atos de gestão que conduziram a mais esta mobilização futura de dinheiros públicos para o sistema financeiro.

Nunca contem com este Presidente da Assembleia da República para atropelos à lei e à Constituição — diria que nem com este nem com nenhum — e contem sempre comigo para tudo o que dignifique o Parlamento e valorize a sua nobre função de fiscalização.

Desejo-vos um bom trabalho e os maiores sucessos para os trabalhos que agora se iniciam e dou, desde já, a palavra ao Presidente da Comissão de Inquérito.

Faça favor, Sr. Deputado José de Matos Correia.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia da República, pela sua presença na tomada de posse desta Comissão.

Cumprimento todas as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e todos os Srs. Deputados.

Todos estamos conscientes da importância dos trabalhos de uma Comissão de Inquérito, qualquer que seja o objeto, mas reforçadamente numa circunstância em que a sua tarefa é a de fiscalizar o que tem sido a gestão e o processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos. É o mais importante banco do sistema financeiro português e, portanto, todos estamos conscientes, repito, da importância da tarefa mas também da atenção com que todos olham para o Parlamento e olham para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estou absolutamente seguro, conheço todas as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados aqui presentes, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não regateará nenhum esforço para que o objeto da sua atividade seja devidamente escrutinado e que a sua tarefa seja devidamente desenvolvida e, no quadro das divergências político-partidárias, que são comuns e desejáveis em democracia, cada uma das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados fará o seu melhor para que esse objetivo seja realizado.

Por mim, apenas posso dizer que, como sempre que presidi a comissões parlamentares, e tenho já alguma experiência nessa matéria, farei seguramente o meu melhor para que os trabalhos decorram da forma mais eficaz possível e todos têm, da minha parte, a garantia de uma absoluta isenção e rigor na condução dos trabalhos.

Sei que os Srs. Vice-Presidentes serão seguramente muito úteis nos trabalhos de uma Comissão que se prolongará pelo menos por 120 dias e que terá presumivelmente um número significativo de audiências a fazer, que o seu trabalho também será muito importante e poderemos todos contar com eles, e eu, em particular, para ajudar no exercício de uma tarefa que é

necessariamente difícil e exigente mas que é importante para o reforço do prestígio do Parlamento e também para o reforço do prestígio da Caixa Geral de Depósitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente da Assembleia da República:** — Desejo a todos um bom trabalho.

*O Presidente da Assembleia da República sai da sala.*

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos então dar início aos nossos trabalhos.

Como sabem, a ordem de trabalhos de hoje, que foi determinada pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, é apenas constituída por dois pontos: a posse dos membros da Comissão e a designação da Mesa. Esses pontos estão realizados, mas pergunto aos grupos parlamentares se alguém deseja colocar alguma questão, nomeadamente porque temos de marcar a próxima reunião, em que teremos alguns aspetos mais burocráticos a tratar, nomeadamente a aprovação do regulamento da Comissão.

Alguém deseja usar da palavra?

Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

**O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD):** — Sr. Presidente, queria cumprimentar as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados e desejar a todos, no exercício das funções que agora nos foram cometidas, o maior sucesso e o maior êxito.

Julgo que é uma responsabilidade de cada uma e de cada um dos Srs. Deputados levar a cabo esta missão que agora nos foi atribuída e parece-nos, a nós, Grupo Parlamentar do PSD, da maior relevância que esta Comissão de Inquérito possa levar a bom porto aquilo que é o escrutínio quer da gestão



quer do que levou ao processo que agora se conhece de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, o que é importante para todas e para todos os portugueses, de resto, verdadeiramente, os acionistas da Caixa Geral de Depósitos, sendo este um banco público que queremos que continue a ser e, ainda por cima, uma instituição financeira de referência no nosso sistema financeiro. Assim, parece-nos que esta é uma Comissão de Inquérito da maior importância e, por isso, queria reiterar os votos de um excelente trabalho a todas e a todos os Srs. Deputados.

No mais, Sr. Presidente, e uma vez que colocou a questão de agendarmos e de começarmos a preparar os nossos trabalhos, queria informar a Mesa que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata está já em condições de apresentar dois requerimentos, um solicitando um vasto conjunto de documentação sobre a Caixa Geral de Depósitos, que, de resto, já tinha solicitado no âmbito da Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa que ainda não veio à posse das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados, e, por maioria de razão, achamos que esta Comissão de Inquérito deve fazê-lo de imediato.

O segundo requerimento é no sentido requerer, com carácter de urgência, e solicitávamos que fosse ainda durante esta sessão legislativa, a audição quer Sr. Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, quer do Sr. Ministro das Finanças, quer do Sr. Governador do Banco de Portugal.

É público que estas audições foram também aprovadas no âmbito da Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, mas também é público que um requerimento apresentado pelos Deputados do PSD nessa Comissão previa que essa audição, se esta Comissão de Inquérito viesse a tomar posse, pudesse devesse vir a ser feita nesta Comissão de Inquérito.

Por isso, não queríamos perder tempo. Julgamos que é da maior importância e da maior relevância apresentar já, nesta primeira hora, estes dois requerimentos na Mesa da Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Lopes Soares far-me-á chegar os requerimentos, na certeza de que eles não poderão ser apreciados hoje, pelas razões que já explicitiei.

Sr. Deputado João Paulo Correia, tem a palavra.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, gostaria de deixar a mensagem de que estaremos totalmente empenhados no objetivo de um trabalho plenamente esclarecedor, informativo e conclusivo para o Parlamento e para os portugueses acerca daquilo que foi o processo que levou à capitalização, em 2012, da Caixa Geral de Depósitos, das decisões que foram ou não tomadas de 2011 a 2015, num período correspondente ao anterior Governo PSD/CDS, e também daquilo que levou a que, neste momento, as necessidades de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos sejam aquelas que vierem a ser anunciadas pelo Governo e pelo Banco de Portugal.

Estamos empenhados, como disse há pouco, em contribuir para o cabal esclarecimento e para um trabalho conclusivo para o Parlamento e para os portugueses.

Da nossa parte, é isto que pode esperar a Comissão de Inquérito e é esta a postura que os portugueses, que irão acompanhar esta Comissão, podem esperar.

No que respeita ao anúncio dos requerimentos que foram apresentados agora pelo Grupo Parlamentar do PSD, gostaria de informar o seguinte: a Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização

Administrativa aprovou três requerimentos na sua última reunião. Um primeiro requerimento, do Partido Socialista, a solicitar a audição do Sr. Governador do Banco de Portugal com caráter de urgência, o qual foi aprovado, por unanimidade, nessa Comissão Parlamentar; um segundo, do CDS, para ouvir o Sr. Ministro das Finanças também a propósito da Caixa Geral de Depósitos, foi aprovado também por unanimidade; e um terceiro, do PSD, no sentido de ser ouvido o Sr. Governador, o Sr. Ministro das Finanças e o Presidente da Caixa Geral de Depósitos.

Na altura, no fim da reunião e depois de aprovados os requerimentos, foi suscitado um pequeno debate sobre qual seria a ordem das audições, sendo que, no nosso entender, a ordem das audições está explícita no requerimento apresentado pelo Partido Socialista, que foi aprovado com caráter de urgência, no sentido de ser ouvido o Governador do Banco de Portugal, mas, nesse debate, o PSD levantou a hipótese de as audições serem feitas em sede da Comissão de Inquérito e não em sede da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças.

O que ficou decidido no final da reunião foi que haveria uma reunião entre a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Comissão e os coordenadores dos grupos parlamentares na Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa para se dirimir isso.

Portanto, estou a acrescentar esta informação à que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD para que o Sr. Presidente possa, desde já, diligenciar da forma que melhor entender, conjuntamente com os grupos parlamentares que têm assento nesta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, mais alguém quer intervir?

Não sendo o caso, vou pedir para que sejam distribuídos estes requerimentos.

Será ainda necessário marcar a nossa próxima reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, apresentados que estão estes requerimentos e feita que está a discussão, tínhamos a propor ao Sr. Presidente que fizéssemos a primeira reunião para podermos dirimir a questão relativa a estes dois requerimentos na próxima quinta-feira, bem sabendo que é dia de debate sobre o estado da Nação. Porém, julgo que todos os Srs. Deputados poderão arranjar, na agenda, tempo para estudar os requerimentos e preparar a sua resposta, e por isso é que pedimos que a reunião seja quinta-feira.

Sugeríamos, até, Sr. Presidente, uma vez que é claro o que aconteceu na reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, que são públicos os textos que foram aprovados e que agora é também um facto público e notório a constituição e o pleno funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos, que V. Ex.<sup>a</sup> contactasse a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa no sentido de, os dois, poderem ver e aferir os textos aprovados naquela Comissão e remeter para esta Comissão essas audições, sem prejuízo do que vier a ser a votação — se assim tiver de ser — destes requerimentos na próxima quinta-feira.

O Sr. **Presidente**: — Contactarei a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.

A proposta do Grupo Parlamentar do PSD é a de realizarmos a próxima reunião na quinta-feira. O Plenário será longo, presumivelmente, por força do debate do estado da Nação. A sugestão do Grupo Parlamentar do PSD é que façamos a reunião no final do debate ou de manhã?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, julgo que podemos fazer a reunião de manhã ou durante a hora do almoço.

O Sr. **Presidente**: — O PCP costuma ter a reunião do seu grupo parlamentar às quintas-feiras de manhã.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, poderia ser por volta do meio-dia ou às 14 horas, antes do Plenário.

O Sr. **Presidente**: — Ao meio-dia, julgo que é impossível por força das reuniões dos grupos parlamentares. Tenho a ideia muito clara de que o Grupo Parlamentar do PCP não dá, nunca, o seu acordo para reuniões às quintas-feiras de manhã por isso.

A que horas começam as reuniões dos grupos parlamentares?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, a reunião do meu grupo parlamentar começa às 10 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — E se marcássemos a reunião para as 9 horas e 30 minutos, haveria algum inconveniente da parte do PCP ou do PS, que julgo que também tem reunião de grupo parlamentar?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A nossa reunião começa mais tarde que as 9 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se mais algum grupo parlamentar tem reunião na quinta-feira de manhã.

Às 9 horas e 30 minutos, haveria algum problema? Pode ser, Sr. Deputado Miguel Tiago?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, permita-me só dizer que poderá ser a essa hora, com a condição de a reunião às 10 horas e 30 minutos estar terminada.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, com a aquiescência de todos os grupos parlamentares, marcaríamos a reunião da Comissão para quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos, com a condição de terminar necessariamente até às 10 horas e 30 minutos, por força da necessidade da presença dos Srs. Deputados do Partido Comunista Português na reunião do respetivo grupo parlamentar.

Agendaria para a reunião, para além da discussão dos requerimentos já entregues pelo Partido Social Democrata, outros aspetos mais burocráticos que têm a ver nomeadamente com a aprovação do regulamento da Comissão.

Se não houver mais nenhuma questão, Srs. Deputados, agradeço a vossa atenção e dou por encerrados os trabalhos.

*Eram 17 horas e 26 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.